

Mesa da Câmara aumenta 13

Congresso
Política

quinta-feira, 22/1/87 □ 1º caderno □ 3

deputado acima do gatilho

Aglaé Lavoratti

Brasília — A Mesa da Câmara dos Deputados deu partida ao último “trem da alegria”, em final de mandato: em pleno recesso, e mesmo em férias, os deputados estão recebendo desde o dia 1º de janeiro um reajuste de 25% em seus vencimentos, que passaram de Cz\$ 44 mil para aproximadamente Cz\$ 56 mil, o mesmo que receberão os constituintes. O ato foi baseado no reajuste dos funcionários públicos, e disparou um gatilho salarial acima do gatilho de todos os trabalhadores, fixado em 20%. “Uma atitude aética e sem necessidade”, lamentou o deputado Jaime Santana (PFL-MA).

Tentando caracterizar uma ação moralizadora, a Mesa negou o auxílio mudança, fixado em Cz\$ 50 mil, para os que deixassem seus apartamentos antes do dia 11 de dezembro. As dezenas de pedidos foram rejeitadas. No entanto, aumentou de Cz\$ 8 mil para Cz\$ 11 mil mensais o auxílio moradia para os deputados que não têm apartamento funcional, com base no cálculo de uma diária de Cz\$ 500,00 em hotel três estrelas.

Os deputados Carlos Wilson (PMDB-PE) e Heráclito Fortes (PMDB-PI) tentaram negar no final da tarde que o reajuste fosse vigorar já este mês, exibindo os contra-cheques de Cz\$ 22 mil mil. No entanto, um assessor direto da diretora geral da Câmara já tem inclusive os cálculos do novo salário dos deputados e lembrou que em cada contra-cheque a quantia fixada é em torno de Cz\$ 22 mil porque os deputados recebem seus subsídios em duas parcelas, uma no dia 5 de cada mês e a outra no dia 25, recebendo, conseqüentemente, dois contra-cheques.

A justificativa da mesa para fixar os novos salários, segundo Carlos Wilson, “é consequência natural” do reajuste dos funcionários públicos, que ocorre sempre em janeiro. Este ano, o reajuste de 25% para os 5.780 funcionários da Câmara acabou extensivo aos parlamentares.

Desta forma, 300 deputados que não se reelegeram e em sua grande maioria já estão de férias foram surpreendidos com um aumento de salário. O deputado Jaime Santana, mostrava-se perplexo: “Nada mais justo que reajustar os funcionários, mas os deputados precisavam ser incluídos. A atitude jamais poderia ter sido tomada pela mesa e sim pelo plenário. Cometemos um erro quando em novembro não fixamos, como estabelece a Constituição, os vencimentos dos parlamentares para a legislatura que se inicia, mas a Mesa errou muito mais em fixar esse subsídio apenas através de um ato, sem consultar os deputados.”

Remuneração passa a Cz\$ 56 mil no total

Brasília — O salário de um deputado é dividido numa parte fixa e outra variável — encargos de gabinete, diárias, auxílio transporte e jeton (participação em sessões). Além disso, cada deputado tem direito a quatro passagens aéreas mensais e a contratar três funcionários para o gabinete, com salários que variam de Cz\$ 4 mil a Cz\$ 11 mil. Os parlamentares ganham ainda apartamento funcional ou auxílio-moradia e transporte em microônibus em Brasília.

Com o reajuste de 25% que vigora já a partir deste mês e que vale também para os Constituintes, os subsídios ficam assim: parte fixa — Cz\$ 6.330,55; parte variável (correspondente a 30 diárias de Cz\$ 262,90 cada) — Cz\$ 7.887,08; auxílio transporte (reajustado automaticamente com o aumento dos combustíveis, o que acarretou um reajuste de 80% em novembro — Cz\$ 22.020,02; encargos de gabinete — Cz\$ 6.576,60, e jetons (é de praxe, mesmo em recesso, quando a Câmara está fechada, que os deputados recebam o equivalente a 50 sessões no valor de Cz\$ 262,90 cada) — Cz\$ 13.124,00. No total, o subsídio dos parlamentares subiu para Cz\$ 55.950,25.

A Constituição, no artigo 44, inciso VII, diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional “fixar para vigorar na legislatura seguinte a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional”. O decreto legislativo 114, de 1982, regulamentou o artigo constitucional e fixou os subsídios para 1983, determinando também que a Mesa pode reajustar seus valores. Reunidos essas normas ao artigo 236 do regimento interno da Câmara, que dá aos deputados que se despedem o poder de fixar os salários e subsídios dos parlamentares da nova legislatura, a Câmara tentou aprovar em novembro um reajuste em torno de 110%.

Em plena crise econômica, os deputados ficaram constrangidos diante de tal proposta e aprovaram um outro decreto legislativo prorrogando a validade dos salários dos atuais deputados para a próxima legislatura. Os próprios constituintes deveriam decidir sobre seus subsídios.

Debate — Contrariando o acordo firmado entre o deputado Ulysses Guimarães e os ministros Marco Maciel e Aureliano Chaves, o deputado José Tomaz Nonô (PFL-AL) propôs a convocação dos dois candidatos do PMDB à presidência da Câmara para um debate com os deputados federais de seu partido. Aparentemente, isso beneficia o adversário de Ulysses, o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), e demonstra que apenas a palavra de Maciel e Aureliano não é suficiente para garantir os 118 votos que o PFL tem nessa eleição. Nonô apresentou sua idéia aos deputados Jaime Santana (PFL-MA) e Saulo Queiroz (PFL-MS). Queiroz, que é secretário-geral do PFL, foi contra a convocação de Ulysses e Lyra, considerando-a “impertinente” para as relações do PMDB com o PFL. “Acho que a executiva do partido não vai achar isso conveniente”, disse. “Eu sou da executiva”, rebateu Nonô, “e acho que é conveniente, sim”.